

PROJETO DE LEI Nº 001/2013, DE 14 DE JANEIRO DE 2.013.

“DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO AO EXECUTIVO E LEGISLATIVO MUNICIPAL A CONCEDER AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, NO EXERCÍCIO DE 2013, E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JAIRO DA COSTA E SILVA, PREFEITO MUNICIPAL DE TARUMÃ, DO ESTADO DE SÃO PAULO.

FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Tarumã, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo e o Poder Legislativo Municipal autorizado a conceder no mês de Fevereiro de 2013, **AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO** aos servidores públicos municipal, que será pago em pecúnia diretamente aos mesmos, no valor unitário de R\$350,00 (TREZENTOS E CINQUENTA REAIS), respectivamente.

Art. 2º – Fica criado no Orçamento Programa do Município de Tarumã, no exercício de 2013, a seguinte atividade de acordo com as disposições contidas na Lei Federal n. 4.320/64, de 17 de Março de 1964, a saber: 33.90.46 – AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

Art. 3º. – O valor indicado no artigo 1º desta Lei, será pago diretamente a cada servidor público municipal, até o dia 28 de Fevereiro de 2013, preferencialmente através de cheque nominal, podendo ainda o pagamento ser realizado através de transferência bancária, e será coberto pelas dotações orçamentárias já consignadas ou que serão criadas no orçamento vigente de 2013.

Art. 4º. – O Auxílio-Alimentação criado pelo artigo 1º desta Lei, atinge a todos os servidores públicos municipal que estejam devidamente incluídos no Quadro de Pessoal de Carreira e em Comissão, além dos inativos e pensionistas, e daqueles que tenham sido admitidos em caráter excepcional e temporário e os estagiários da Prefeitura Municipal.

Art. 5º. – O Auxílio-Alimentação a que se refere o artigo 1º, desta Lei, não possui a natureza salarial, não se incorpora em hipótese alguma à remuneração para quaisquer efeitos, e não constitui base de incidência de contribuição previdenciária e nem se configura rendimento tributável do servidor público municipal.

Art. 6º. – Fica dispensado o Demonstrativo de Impacto Orçamentário e Financeiro de que trata o inciso I, do artigo 16, da Lei Complementar n. 101/2000, de 04 de Maio de 2000, por não se tratar de caráter continuado.

Art. 7º. - As despesas para o cumprimento desta Lei, correrão por conta das verbas próprias já consignadas no orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 8º. - Esta Lei entrará em vigor na data de sua Publicação.

Art. 9º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal "Waldemar Schwarz", em 14 de Janeiro de 2013, 23º. Ano da Emancipação Política e 21º. Ano da Instalação.

Jairo da Costa e Silva
PREFEITO MUNICIPAL

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente:
Nobres Edis:

Venho à presença de Vossa Excelência e Eminentes Pares, para solicitar-lhe as providências necessárias no sentido de fazer realizar uma Sessão Extraordinária visando à apreciação do incluso **PROJETO DE LEI Nº 001/2013, DE 14 DE JANEIRO DE 2.013**, cuja ementa é a seguinte: “**DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO AO EXECUTIVO E LEGISLATIVO MUNICIPAL A CONCEDER AUXILIO ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, NO EXERCÍCIO DE 2013, E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**”.

A propositura em testilha visa autorizar o Executivo e o Legislativo Municipal, a conceder a todo o quadro de servidores ativos e inativos o Auxílio Alimentação, no valor nominal de R\$350,00 (trezentos e cinquenta reais), individualmente, que será pago até o próximo dia 28 de fevereiro de 2013, diretamente a cada servidor, preferencialmente em cheque nominal, podendo ainda o pagamento ser realizado através de transferência bancária, não possuindo este as características salariais, de tal sorte que não se incorpora, em hipótese alguma, à remuneração do servidor para quaisquer efeitos, não constitui base para incidência de contribuição previdenciária e nem se configura rendimento tributável do servidor público municipal.

Desta forma estamos contribuindo para que o servidor tenha ao início do exercício, um ganho real que possibilite aumentar o seu poder aquisitivo e de compra, e, ainda para que auxilie nos seus compromissos, tais como IPVA, IPTU, Material Escolar entre outros que oneram todos os brasileiros ao início de cada ano.

Certos e convictos de que este Projeto de Lei representa o anseio desta camada e dos interesses públicos, aguardamos que Vossa Excelência e eminentes pares possam estar analisando-o, com a costumeira justiça e será, com certeza objeto de aprovação por esta Egrégia Casa de Leis.

Atenciosamente.

Tarumã, em 14 de janeiro de 2013.

Jairo da Costa e Silva
PREFEITO MUNICIPAL

À Sua Excelência, o Senhor:
VEREADOR EDÉLCIO FRANCISCO SILVÉRIO
DD. Presidente da Câmara Municipal
TARUMÃ – SP.